

**PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI Nº 883 - SP  
(2018/0136841-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**REQUERENTE** : OLIVIA DA SILVA ANGELO  
**ADVOGADOS** : DAZIO VASCONCELOS - SP133791  
EZEQUIEL GONÇALVES DE SOUSA E OUTRO(S) - SP251801  
**REQUERIDO** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**DECISÃO**

Trata-se de Incidente de Uniformização, fundado no art. 14, § 4º, da Lei 10.259/2001, contra decisão da Turma Nacional de Uniformização assim ementada:

REVISÃO DE APOSENTADORIA, APÓS O RECONHECIMENTO DE ESPECIALIDADE DE VÍNCULOS COMO AUXILIAR DE MATANÇA E DESOSSADOR EM FRIGORÍFICO. A SENTENÇA JULGOU O PEDIDO PARCIALMENTE PROCEDENTE, PARA RECONHECER A ESPECIALIDADE DE DETERMINADOS VÍNCULOS E DETERMINAR A REVISÃO DA APOSENTADORIA. O ACÓRDÃO DA DÉCIMA TURMA RECURSAL DE SÃO PAULO DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DE AMBOS OS RÉUS, NÃO RECONHECENDO A ESPECIALIDADE DOS PERÍODOS LABORADOS COMO AUXILIAR DE MATANÇA E DESOSSADOR, POR FALTA DE PROVAS DA ESPECIALIDADE, MESMO COM PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL EM ESTABELECIMENTO SIMILAR, A DEMONSTRAÇÃO SERIA IMPOSSÍVEL, SEGUNDO SEU ENTENDIMENTO, PORQUE NÃO HAVERIA PROVA DA ATIVIDADE ALEGADA. EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, ESCLARECE A TURMA RECURSAL QUE NÃO FEZ TARIFAÇÃO DE PROVA, MAS QUE O NÃO RECONHECIMENTO DECORRE DE AUSÊNCIA DE PROVA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DO AUTOR, QUE ALEGA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL COM A TURMA REGIONAL DA QUARTA REGIÃO - A QUAL, ADMITE A PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL EM ESTABELECIMENTO SIMILAR PARA TAL DEMONSTRAÇÃO - E COM A TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO - QUANTO AOS EFEITOS FINANCEIROS, DESDE A DATA DE ENTRADA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO, NÃO DA CITAÇÃO. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Embargos de Declaração rejeitados.

A autora, invocando como paradigma o acórdão proferido no

Recurso Especial 1.370.229, Relator Min. Mauro Campbell Marques, DJe 11.3.2014, sustenta que devem ser-lhe reconhecidos períodos especiais, haja vista a "validade probatória da prova pericial por similaridade quando presente anotações em CTPS e informações do próprio segurado interessado".

**É o relatório.**

**Decido.**

A Turma Nacional decidiu que, "embora seja hipoteticamente admissível a produção de prova pericial em estabelecimento similar ao extinto, para demonstração de especialidade de vínculo, é necessário que, para tanto, exista nos autos comprovação material mínima, para basear tal perícia", o que não teria ocorrido "nos autos com os vínculos de auxiliar de matança e desossador" (fls. 476-477, e-STJ).

No Pedido de Uniformização a autora sustenta que a divergência com a decisão proferida no Recurso Especial 1.370.229 "é inequívoca, pois, no caso em tela, a prova pericial foi desconsiderada com base na errônea aplicação do art. 55, § 3º, da Lei nº 8.213/91, quando os períodos estão anotados em CTPS - com informações das atividades exercidas e dos períodos de vigência do vínculo [...]" (fl. 491, e-STJ).

Não há similitude entre os casos confrontados.

A tese adotada no paradigma foi "a possibilidade de o trabalhador se utilizar de perícia produzida de modo indireto, em empresa similar àquela em que trabalhou, quando não houver meio de reconstituir as condições físicas do local onde efetivamente prestou seus serviços".

Esse entendimento não foi refutado, mas sufragado pelo Juízo *a quo*, ao afirmar na decisão impugnada "ser possível a demonstração da especialidade de labor realizado em empresa já extinta, pela realização de perícia em estabelecimento similar". Todavia, também se declarou na mesma decisão a impossibilidade de reconhecimento do direito reivindicado porque "na falta de elementos materiais mínimos, a basear tal prova pericial em estabelecimento similar, tal perícia não serviria para demonstrar a pretendida especialidade". Dessa particularidade, o julgado do Superior Tribunal de Justiça que a autora invoca não tratou.

Constato, aliás, que, embora a autora afirme que as anotações em sua Carteira de Trabalho constituem início de prova material, as instâncias ordinárias negam que tal documento demonstre, no caso dos autos, a realização do trabalho em condições insalubres, como se pode ler no seguinte trecho da decisão proferida pela Turma Recursal (fl. 319, e-STJ):

Quanto às atividades desenvolvidas no matadouro, de propriedade da Indústria Irmãos Orange S/A, não há prova nos autos a respeito das tarefas efetivamente desempenhadas pelo autor, salvo pelas anotações da "natureza do cargo" na CTPS, das quais constam "auxiliar de matança", "auxiliar geral" e "desossador".

Tais anotações não asseguram, no entanto, que as tarefas efetivamente desempenhadas tenham sido as mesmas por todo o período anotado em CTPS e nem que o autor tenha exercido a mesma função durante

todo esse período. Daí a necessidade de apresentar, conforme sempre determinou a legislação, formulário adicional, produzido pelo ex-empregador, em que as tarefas efetivamente desempenhadas sejam descritas, período por período.

Em vista disso, não é possível reconhecer a natureza especial das atividades exercidas nos períodos de 01.11.1961 a 13.06.1967, de 1º .04.1969 a 08.08.1973 e de 1º .09.1973 a 04.04.1981, mesmo após a realização de perícia judicial por similaridade, porque as provas apresentadas não são aptas a sustentar que as tarefas exercidas tenham sido as mesmas examinadas pelo perito.

Assim, o acórdão paradigma apontado pela autora não possui similitude fático-jurídica com o aresto proferido pela Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, do RISTJ, c/c o art. 1º, § 2º, da Resolução/STJ 10/2007, **indefiro o Pedido de Uniformização de Jurisprudência.**

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN  
Relator